

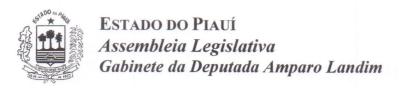
Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão	de
Wellsa do Consu	mide
para os devidos fins.	
Em 02/07/13	
Eloaores	

Conceição de Maria Lages Redrigu s Chefe do Núcleo Comissões Téchnas

Ao Dep Dungers derning
Para Relatar.
Em, 03 (107 12013

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor



Teresina(PI), 15 de julho de 2013.

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei de nº 218/2011 obriga as empresas de serviços de TV a cabo, telefonia móvel e fixo, instituições financeiras, administradoras de cartão de crédito, provedores de internet, ou quaisquer outras que comercializam serviços de natureza continua ou periodica, a disponibilizar serviço de atendimento telefônico gratuito, através de prefixo 0800.

Sabemos nós que o consumidor brasileiro ao longo dos tempos, em sua relação com empresas públicas ou privadas, sempre é a parte prejudicada. Se levarmos em conta, por exemplo, relacionamento Consumidor-ELETROBRAS. Vamos listar um rosário de lamentações por parte do consumidor dos serviços de fornecimento exclusivo no Piauí de energia elétrica no que se refere às concessionárias de serviços de telefonia móvel ou fixa a realidade é a mesma.

Entretanto, a legislação é retilínea: a competência do legislar e fiscalizar nestas áreas especificas é exclusiva da União. Portanto embora a intenção do Legislador seja louvável na sua preocupação com a proteção do consumidor piauiense, o Projeto de Lei de nº 218/2011 é inócuo. Manifesto-me pois, pelo seu indeferimento. O cumprimento do mesmo é completamente inadequado, criando justaposição de ações entre órgãos federais e estaduais.

Dep. AMPARO LANDIM

APROVADO À UNANIMIDADE

em, 16 7 2013

Presidente da Consesso de

Detesa da Consumidad

e meio audione